



**PAUTA
PARA A 35ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 28 DE MARÇO DE 2016**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 210, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Ribeirão Branco como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 215, de 2016, de autoria do deputado Vaz de Lima. Declara de utilidade pública a Associação Matsumi de Judô e Karatê", em São José do Rio Preto.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 193, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Declara de utilidade pública a "Associação da Vila Ilhéus", em Barueri.

2 - Projeto de lei nº 194, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia da Juventude Quadrangular".

3 - Projeto de lei nº 195, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a Semana de Sensibilização e Defesa dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais.

4 - Projeto de lei nº 196, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Birigui como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 197, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Lavínia como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 198, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica São João do Pau D'Alho como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 199, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Nova Independência como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 200, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Ilha Solteira como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 201, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Santa Mercedes como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 202, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Paulicéia como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 203, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Cajamar como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 204, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Sandovalina como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 205, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Presidente Venceslau como Município de Interesse Turístico.

14 - Projeto de lei nº 206, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Panorama como Município de Interesse Turístico.

15 - Projeto de lei nº 207, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Nova Guataporanga como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 208, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Ouro Verde como Município de Interesse Turístico.

17 - Projeto de lei nº 209, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Rubiácea como Município de Interesse Turístico.

18 - Projeto de lei nº 211, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Castilho como Município de Interesse Turístico.

19 - Projeto de lei nº 212, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Presidente Eptácio como Município de Interesse Turístico.

20 - Projeto de lei nº 213, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Mauá como Município de Interesse Turístico.

21 - Projeto de lei nº 214, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Classifica Dracena como Município de Interesse Turístico.

3ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 6, de 2016, de autoria do deputado Afonso Lobato. Autoriza a Divisão de Saúde e Assistência ao Servidor a prestar atendimento de emergência aos trabalhadores das empresas que prestam serviços terceirizados no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei nº 182, de 2016, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dá a denominação de "Mauro Bellani" ao viaduto localizado no km 139 + 200 m da Rodovia Luiz de Queiroz - SP 304, em Santa Bárbara d'Oeste.

3 - Projeto de lei nº 183, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras de assistências técnicas de fornecerem protocolo de atendimento aos consumidores, e dá outras providências.

4 - Projeto de lei nº 184, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Proíbe a exigência de realização do teste de gravidez e de apresentação do atestado de laqueadura como condição de acesso de mulheres a postos de trabalho nas empresas do Estado.

5 - Projeto de lei nº 185, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Dispensa a exigência de alvará para funcionamento de templos religiosos de qualquer natureza no Estado, nos termos da alínea b do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal.

6 - Projeto de lei nº 186, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Declara o "Evangelho" Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.

7 - Projeto de lei nº 187, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Institui a Política Estadual de Proteção ao Nascituro.

8 - Projeto de lei nº 188, de 2016, de autoria do deputado Marcos Neves. Dispõe sobre o acesso ao sistema de ofertas de serviços na rede pública de saúde pelo Sistema CROSS.

9 - Projeto de lei nº 189, de 2016, de autoria do deputado Marcos Damasio. Dá a denominação de "Tirreno Da San Biagio" ao Poupatempo em Mogi das

Cruzes.

10 - Projeto de lei nº 190, de 2016, de autoria do deputado Cauê Macris. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Exposição Nacional de Orquídeas de Americana", naquele Município.

11 - Projeto de lei nº 191, de 2016, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre os serviços de reparo do piso e do leito carroçável das vias públicas urbanas pelas empresas concessionárias de serviços públicos estaduais.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 6, de 2016, de autoria do Tribunal de Contas. Dispõe sobre a revisão geral anual de vencimentos e proventos dos servidores do Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado.

2 - Projeto de lei Complementar nº 7, de 2016, de autoria do deputado Raul Marcelo. Acrescenta parágrafo único ao artigo 240 da Lei nº 10.261, de 2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

3 - Projeto de lei nº 170, de 2016, de autoria do deputado Celso Giglio, do deputado Milton Vieira, da deputada Analice Fernandes, do deputado Afonso Lobato, do deputado Itamar Borges, do deputado André do Prado, do deputado Gil Lancaster, do deputado Luiz Fernando Machado. Altera o § 2º do artigo 5º da Lei nº 12.685, de 2007, para permitir que as entidades paulistas de direito privado da área da saúde sem fins lucrativos sejam favorecidas com o crédito previsto no artigo 2º da referida lei, não utilizado pela pessoa física ou jurídica no prazo de validade.

4 - Projeto de lei nº 176, de 2016, de autoria do deputado Caio França. Regulamenta a carreira de Agente de Segurança Pública Ferroviária da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, da Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, e estabelece providências correlatas.

5 - Projeto de lei nº 177, de 2016, de autoria do deputado Delegado Olim. Altera a Lei nº 15.266, de 2013, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual.

6 - Projeto de lei nº 178, de 2016, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dá a denominação de "Joanna Mafalda Furlan Fagnol - Fadinha" ao viaduto localizado no km 142 da Rodovia Luiz de Queiroz - SP 304, em Santa Bárbara d'Oeste.

7 - Projeto de lei nº 179, de 2016, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dá a denominação de "Engenheiro Leonídio Francisco Ribeiro Filho" ao túnel localizado no km 76, sentido interior-capital, da Rodovia SP 70, em Jacareí.

8 - Projeto de lei nº 180, de 2016, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Halim Ibrahim Haddad" ao dispositivo localizado no km 515 + 450m da Rodovia Euclides da Cunha - SP 320, em Votuporanga.

9 - Projeto de lei nº 181, de 2016, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Dá a denominação de "Luiz Alca de Sant'anna" ao viaduto localizado no km 59 + 850m da Rodovia Anchieta - SP 150, no bairro do Jardim Casqueiro, em Cubatão.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 169, de 2016, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dispõe sobre a utilização de créditos em precatórios para a aquisição de propriedades imóveis do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei nº 171, de 2016, de autoria do deputado Mauro Bragato. Inclui no Calendário Turístico do Estado as celebrações da Semana Santa no "Santuário Morada de Deus", em Álvares Machado.

3 - Projeto de lei nº 172, de 2016, de autoria do deputado Igor Soares. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção total da tarifa de água e esgoto às famílias vítimas de enchentes no Estado de São Paulo durante período determinado.

4 - Projeto de lei nº 173, de 2016, de autoria da deputada Rita Passos. Dá a denominação de "Masatsuki Hori" ao dispositivo de acesso e retorno SPD 014/323, localizado no km 014+420m da Rodovia José Della Vechia - SP 323, em Monte Alto.

5 - Projeto de lei nº 174, de 2016, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Hospital Público Veterinário Estadual no município de São Paulo e Clínicas Veterinárias Públicas Estaduais em municípios do Estado de São Paulo.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

2ª Sessão

Projeto de lei nº 192, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Projeto de lei Complementar nº 42, de 2014, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre o requisito de ingresso no cargo de Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo e altera dispositivos na Lei Complementar nº 1.120, de 2010. Parecer nº 521, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

Moção nº 2, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério de Minas e Energia a adoção de urgentes providências a fim de que fiscalize a extração do Nióbio, a venda às grandes siderúrgicas do país, a denúncia de que as reservas nacionais estão sendo "dilapidadas" e de que o país está "perdendo bilhões" ao não controlar o preço do produto.